

Bibliotecas comunitárias em Florianópolis-SC: o olhar de seus agentes

Rosangela Madella
Francisco das Chagas de Souza

RESUMO

Neste artigo, expõe-se uma parte dos resultados de estudo realizado em quatro bibliotecas comunitárias sediadas em Florianópolis, Santa Catarina. Seu objetivo é comunicar a interpretação do discurso coletivo proferido no conjunto das questões lançadas aos informantes por ocasião do estudo completo. O estudo completo foi elaborado como dissertação de mestrado, em que se buscou apreciar a relevância da participação desse tipo de biblioteca no funcionamento da sociedade. O objetivo da pesquisa foi analisar as representações sociais presentes no discurso coletivo obtido das falas proferidas por diversas pessoas envolvidas na organização e gestão dessas bibliotecas. Os informantes que contribuíram na coleta de dados em campo, definidos como agentes, foram pessoas que atuam em várias funções, desde a captação de recursos até a oferta de serviços. A partir do pensamento por elas expresso, foram identificadas algumas representações associadas às noções de escassez de investimentos públicos, ineficácia de gestão pública, exclusão social e cultural, bem como valoração da habilidade de leitura.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca comunitária. Leitura. Representações sociais.

1 Introdução

No Brasil, ainda são poucos os estudos que se dedicam a tratar das bibliotecas comunitárias, especialmente de sua relevância para o funcionamento da sociedade. Isso tende a ser preocupante, considerando que este tipo de instituição exerce um significativo papel como complemento à ação da biblioteca pública quanto ao acesso da população à leitura e à informação. O *site* que constitui a Rede Brasil de Bibliotecas Comunitárias (RBBC) (<http://rbbconexoes.ning.com/>), como uma ONG dedicada ao tema e atuante no país inteiro, deu início em 2009 a um levantamento acerca dos *Estudos acadêmicos sobre bibliotecas comunitárias*, disponíveis no meio digital, com textos em acesso *online*. Até o final de 2011, havia chegado a um reduzido número de respostas, que não alcançou duas dezenas¹. Busca feita no modo pesquisa avançada da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), também em 2011, para identificar teses defendidas em Programas de Pós-Graduação no Brasil com o assunto **Biblioteca + comunitária**, revelou apenas um título².

Busca similar na mesma fonte para o assunto **Biblioteca + pública**, até 2011, recuperou somente dois trabalhos³. Ampliando essa busca na mesma fonte e período, para dissertações, ao indicar-se assunto **Biblioteca + pública**, recuperou-se seis itens⁴; para **Biblioteca + comunitária** não houve retorno. Com a substituição do segundo termo de busca para **popular**, foi recuperada uma dissertação⁵. Também uma busca foi feita, em 2011, na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), cujo conteúdo era de aproximadamente 7 mil referências e resumos de textos publicados em 36 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área de Ciência da Informação. Utilizando-se o termo de busca **bibliotecas comunitárias** e o período 2000-2011, fez-se a localização de dez textos, dos quais sete artigos, segundo os critérios da base; desses sete artigos, dois tinham origem estrangeira⁶. Ao empregar-se o termo de busca **bibliotecas públicas**, para o período de 2000 a 2011 foram recuperados 76 documentos dos quais 34 classificados como artigos⁷.

Essa busca da literatura, ainda que concentrada nos últimos onze anos, tem o sentido de demonstrar o pouco tratamento acadêmico do tema, bem como uma limitada produção periódica. Igualmente, pode-se também demonstrar com base nas mesmas fontes que o tema **Biblioteca Pública**, dispõe apenas de um pouco mais de tratamento e disseminação, não se levando em conta que alguns documentos são indistintamente classificados pelos indexadores como **Bibliotecas Públicas** e **Bibliotecas Comunitárias**. Com isso dá para se afirmar que também são poucos os autores que trouxeram a temática para o espaço acadêmico da

Ciência da Informação.

Isso é surpreendente, diante das mudanças mais aceleradas que vêm ocorrendo na sociedade, sobretudo nos últimos vinte anos. Mudanças que expressam a intensificação do uso da informação como um destacado fator de produção econômica. Essa circunstância poderia dar a entender, ainda que com certa ingenuidade de quem assim o fizesse, que os investimentos públicos em leitura, em ambientes facilitadores da leitura indistintamente do suporte alcançariam uma maior amplitude, de modo a que também as bibliotecas de acesso público poderiam dispor de mais meios para atender às suas diversas clientelas. Esse recurso, se disponível mais largamente, poderia dar-se para as clientelas como fonte de poder, potencialmente dando a possibilidades de as pessoas compreenderem as transformações correntes, interferir nelas e ter condições de buscar novas alternativas ou perspectivas de vida. Esse potencial, se assim articulado, constituiria um bem social com a possibilidade de dar suporte à construção de conhecimento organizado. Um conhecimento assim organizado é um bem social que pode ser distribuído e ao tê-lo pode fomentar a diminuição do persistente quadro de exclusão social que consome parte das sociedades de economia capitalista. Para tornar isso viável seria necessária a oferta de estratégias e suportes para melhorar a difusão do conhecimento e das práticas de leitura. .

Esse olhar que tem um determinado componente descritivo quando se atém à produção intelectual e/ou científica realizada no Brasil, carrega um despertar para a avaliação, no momento em que se busca examinar sua exiguidade no ambiente nacional. Esse exame parece tender para o distanciamento dos ambientes de intervenção imediata como, por exemplo, a cidade em que se reside, estuda ou trabalha. Desse viés de atenção veio à preocupação em se interrogar como Florianópolis, capital de um estado do Sul do Brasil, lida com os meios de oferta de serviços para as comunidades mais distantes dos locais de oferta de serviços bibliotecários.

Para que se possa situar um pouco o sentido do estudo e do questionamento formulado, cabe assinalar que, geograficamente, Florianópolis é formada por dois territórios; em torno de 90% superfície do município é constituída pela Ilha de Santa Catarina e 10% é formado por uma estreita faixa continental, somando em torno de 436km² e com divisão administrativa em onze distritos e mais de oitenta bairros. As duas partes territoriais da cidade estão interligadas por via terrestre por três pontes. Populacionalmente, a cidade conta com um total aproximado de 430 mil habitantes, dos quais em torno de 10% residem na parte continental. A cidade sedia os organismos do poder público do Estado de Santa Catarina e acolhe grande parte das delegacias, empresas e órgãos

descentralizados do Serviço Público Federal no Estado, sendo sede também de instituições de ensino superior de grande porte, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Estado de Santa Catarina. Por conta de parte das atividades nela realizadas tem características de cidade universitária.

Tendo em vista a distância de vários bairros entre si e em relação à área central, acredita-se que a cidade deveria dispor de uma relevante rede pública de bibliotecas municipais, mas não o tem. Além desse fator, que tem implicações na mobilidade dos habitantes, implicando a necessidade de deslocamentos para realizar atividades básicas, uma rede pública de bibliotecas ofereceria serviços complementares às demais redes, e como conjunto de ações, daria também atenção ao grande público externo que visita o município durante a alta temporada de verão. Entretanto, a realidade da oferta de serviços bibliotecários na cidade apresenta uma inaceitável limitação. A municipalidade custeia tão somente uma unidade de biblioteca pública que se situa na área continental, deixando todos os bairros da Ilha de Santa Catarina sem esse recurso para a sua população e visitantes.

Aparentemente, com a finalidade de suprir as deficiências promovidas pelo poder público municipal quanto à oferta de serviços bibliotecários, sabe-se de algumas iniciativas que são tomadas por entidades ou pessoas atuantes em Florianópolis no sentido de criar espaços de oferta de meios de leitura e desenvolver ações vivenciais em torno do livro e da informação. Esses agentes pessoais, ou representantes de ONG, atuam em diferente sentido, visando captar meios e ofertar serviços, em geral de iniciativa local, isto em um bairro ou distrito do município. Com o propósito de conhecer melhor esse movimento, planejou-se estudar as percepções desses agentes, acerca do seu envolvimento com a ativação de iniciativas de construção desse tipo de organização. Esse estudo foi realizado por ocasião do andamento da formação de Madella (2010), no Curso de Mestrado em Ciência da Informação da UFSC, resultando em sua dissertação, apresentado em 2010. O objetivo principal do estudo maior foi analisar as representações sociais que as diversas pessoas envolvidas na organização e gestão das bibliotecas comunitárias constroem sobre a relevância da participação desta no funcionamento da sociedade (MADELLA, 2010). O objetivo deste artigo é comunicar a interpretação do discurso coletivo proferido no conjunto das questões lançadas aos informantes por ocasião do estudo completo. A partir dos resultados nele obtidos, apresenta-se, então, o presente artigo.

2 Bibliotecas comunitárias

O que havia, então, era o propósito da realização de um estudo que partia das preocupações que foram apresentadas no parágrafo precedente, quanto à incipiência do conhecimento publicado acerca dos serviços bibliotecários de âmbito público e quanto ao ambiente social de Florianópolis. Num caso como esse, é preciso considerar a definição de um traçado teórico-metodológico apropriado para abordar a realidade constituída como uma situação de fato, a envolver distintas relações de poder e a possível avaliação sobre determinadas iniciativas para a superação das limitações vivenciadas. Um estudo nessa perspectiva deveria levar à análise de representações. Cabe assinalar que o objetivo mobilizador do estudo tomou como dado objetivo que as bibliotecas comunitárias são originadas por iniciativas voluntárias de pessoas da própria comunidade onde elas vão funcionar. Nesse caso, era relevante o exame das representações contidas nos discursos dessas pessoas, pois pela própria forma de envolvimento que elas construíram, o conteúdo poderia esclarecer as perspectivas e possibilidades de transformação das bibliotecas comunitárias, particularmente, pelo fato de serem organizações sociais geradas e mantidas majoritariamente com recursos da própria comunidade.

A literatura cultural tem mostrado que vários organismos e entidades têm assumido como missão gerar e difundir informação, sendo a biblioteca um daqueles que têm alegada relevância. Dentre as bibliotecas de acesso geral a toda a comunidade há no contexto da sociedade brasileira as bibliotecas públicas, em geral, mantidas como organismos vinculados à estrutura do Estado e, por livre iniciativa das populações e há também as chamadas bibliotecas comunitárias. Essas, em geral, são criadas e mantidas com donativos fornecidos pelas pessoas envolvidas com o respectivo projeto como doadoras e, também, como usuárias e, só eventualmente, com donativos provindos do Estado.

Contudo, na visão de mundo do brasileiro, herdada da cultura ocidental, há a permanência da noção de um par ideal de agentes cujas ações mais amplas se entrelaçam no sentido de se constituir em modelo a ser tomado como referência para a quase totalidade das ações que se produz socialmente, ou seja, o indivíduo e o estado. Nessa relação, cabe ao Estado tributar o indivíduo que repassa os valores cobrados a fim de que o Estado lhe restitua serviços. Nesse segundo momento, cabe ao indivíduo buscar e usufruir os serviços que o Estado está obrigado a executar. De forma sintética, Elias (1994) dá essa explicação, quando detalha a constituição do Estado ocidental como um instrumento da civilização. Quando o Estado não cumpre a sua parte contratual, resta ao indivíduo questionar, manifestar desagrado

ou, provisoriamente, prover-se dos meios que lhe são necessários para, inclusive, lhe dar fundamentação de conhecimento para lutar contra a desatenção do Estado. No caso que se buscou para estudar, o das bibliotecas comunitárias, elas existem apenas como uma etapa transitória do avanço da sociedade em torno da conquista definitiva da biblioteca pública. Assim, biblioteca pública e biblioteca comunitária, são duas faces da mesma moeda que constituiria o acesso público à leitura e aos demais serviços desse tipo de organização para toda a população.

O conhecimento mais consolidado sobre esses dois tipos de organizações bibliotecárias – pública e comunitária – quando se considera o estágio de desenvolvimento econômico e social alcançado por parte dos estados europeus no início do século XX, assim como dos Estados Unidos da América e Japão, está exposto no Manifesto sobre a Biblioteca Pública, elaborado pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições – IFLA, endossado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO. Nesse documento não é tratada, explicitamente, a biblioteca comunitária e se desconhece um documento do mesmo teor e peso político que o faça. A coerência dessa exclusão em tal documento é completamente justificada na medida em que ele trata dos serviços e do princípio de que esses serviços deverão ter seu custeio sob a responsabilidade dos governos locais, isto é, municipais. No Manifesto da IFLA e da UNESCO encontra-se a afirmação de que a biblioteca pública fornece condições básicas de aprendizagem permanente, para tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos cidadãos e dos grupos sociais (INTERNATIONAL..., 1994)¹. No Brasil, como um todo e em Florianópolis, como ambiente do estudo realizado, as bibliotecas públicas estatais não estão presentes nas localidades, dificultando fácil acesso a todos. De forma geral, nos bairros das grandes cidades onde o Estado não assume a oferta de meios de acesso à leitura, essas bibliotecas comunitárias vão surgir, com maior ou menor força de aglutinação de recursos materiais e simbólicos. Nesses ambientes, vão exercer a missão de atuar como espaços públicos não estatais de acesso à leitura e à informação com independência política e, em geral, com uma completa autonomia financeira do poder do estatal.

Ao fazer referência às bibliotecas comunitárias como espaços de acesso à leitura e à informação, com autonomia política e independência financeira, considera-se que isso favorece o exercício da cidadania, pelo fortalecimento da interação das pessoas com as demais que se inserem naquele meio social. Essa interação pode torná-las mais conscientes das formas de exclusão vivida e parceira da discussão e busca de soluções que possam atrair o estado no cumprimento de suas responsabilidades na prestação dos

■
¹ Documento eletrônico

serviços que provisoriamente estão se autoconcedendo. Diante disso, para dar andamento ao Estudo, foram feitas duas questões diretrizes, não necessariamente traduzidas como questões para serem formuladas aos agentes das bibliotecas comunitárias: Quais as práticas que essas organizações demandam da parte de quem delas cuidam? Como e onde essas pessoas que por elas respondem vão buscar os recursos materiais e culturais indispensáveis à sua dinamização? Essas indagações, ainda que possam parecer questões retóricas, vem do reconhecimento de que as bibliotecas comunitárias são espaços indissociáveis do processo de inclusão e formação do cidadão, também leitor, que ultrapassam a mera aquisição de informação e contribuem para a criação de oportunidades de apropriação e resignificação de saberes.

Essa é uma ideia reforçada pelo compromisso desenvolvido pelas bibliotecas comunitárias de não se restringirem unicamente em dar acesso aos livros, mas também em desenvolver uma série de outras atividades culturais, a fim de contribuir para a formação continuada dos indivíduos e para a valorização da comunidade local. Nesse sentido, as bibliotecas comunitárias têm buscado a cooperação com entidades do chamado Terceiro Setor⁸, a partir de seu surgimento nas últimas décadas do século XX. Machado (2008) aponta que essas organizações têm apoiado as iniciativas aparentemente autônomas das comunidades em prol da criação dessas bibliotecas. Evidentemente, esse tipo de organização que se apresenta como não governo, e se trasveste como fonte de recursos não está totalmente isente de interesses, carregando vieses com implicações políticas e também ideológicas. Há quem afirme, como Montaña (2002), que o próprio conceito de terceiro setor é ambíguo, pois nas questões sociais assumiria, como que uma delegação do Estado, no sentido de cumprir responsabilidades que são estritamente desse, ou seja, garantir os direitos de informação, educação, saúde, previdência social, trabalho aos indivíduos.

Ao focalizar aspectos contrastantes entre biblioteca comunitária e biblioteca pública, Machado (2008, p. 60-61) afirma que aliada às bibliotecas comunitárias há:

[...] a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social; o processo de articulação local e o forte vínculo com a comunidade. [...] o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação.

A aplicação do termo “biblioteca comunitária” a essas iniciativas também associa à noção de comunidade, a ideia de ambiente constituído de ações participativas e solidárias o que pode estar longe de ser consensual. Boudon e Bourricaud (1993, p. 74) definem comunidade como:

[...] uma relação social simples e primitiva [...] que associa, de

maneira muito frágil, sentimentos e atitudes heterogêneas, e [...] que somente graças a um processo de socialização, que, a rigor, nunca termina, aprendemos a participar de comunidades solidárias.

Em termos práticos, isto é, para além de todo o idealizado no sentido de atender às expectativas amplas e simultaneamente complexas de uma população, as bibliotecas comunitárias incluem entre os seus objetivos a preocupação em suprir as demandas das pessoas por serviços que correspondam aos seus interesses em conhecer, buscar informações para o desenvolvimento e para o domínio das habilidades de pensar, ler, escrever; além disso, visam oferecer o contato com textos escritos que estejam disponíveis em contextos motivadores da leitura. Mas tudo isso, gera uma cadeia incontrolável de subjetividades.

Visando estabelecer alguma aura de objetivação, as bibliotecas comunitárias estariam disponíveis para se relacionar, articular ações e trabalhar em parceria com as bibliotecas públicas e com as bibliotecas escolares do bairro, ainda que sem subordinação aos governos. Por sua designação, a biblioteca comunitária teria maior vínculo com seu público imediato, reforçando a noção de que ela é parte integrante da comunidade onde se insere (SILVA, 1989). Desta forma, há toda evidência de que ela tem uma função substitutiva do estado, tanto complementando a atuação da biblioteca pública nos bairros, onde essas existam quanto, atuando como única resposta possível de acesso à leitura, informação e outros serviços públicos de biblioteca.

Há quem justifique a existência da biblioteca comunitária, como parte de um quadro social e econômico de exclusão, em que o estado é incapaz ou não tem interesse na elevação econômica das pessoas. Jesus (2007)² diz claramente que “Bibliotecas comunitárias são instituições voltadas para disseminar informação e cultura em locais de carência econômica.”. Porém, há quem enxergue outra razão para a existência da biblioteca comunitária, que teria sentido em existir quando associa acervo e dinamização cultural. Assim, Prado e Machado (2008, p. 3-4) dizem que, para além de um grande acervo, a relevância dessa biblioteca está:

[...] no trabalho de organização, gestão e acesso democrático à leitura, à escrita, à informação e conseqüentemente ao conhecimento. Ou seja, a biblioteca comunitária deve imprimir uma dinâmica para transformar essas bibliotecas e centros de cultura em locais ou territórios com narrativas de memória sobre as diferentes experiências das comunidades.

Isso faz pensar que a biblioteca comunitária deve sair do prédio fechado e chegar até às pessoas, no incentivo à leitura como forma de dinamizar o conhecimento armazenado fazendo-o aproximar-se dos cidadãos, influenciando-os também em seu desenvolvimento educacional.

Para o pesquisador do tema Bibliotecas Comunitárias, a ideia

■
² Documento eletrônico

acima como exposta por Prado e Machado (2008, p. 3-4) pode fomentar uma reflexão em torno da ideia esposada por Morin (2005, p. 88) de que o conhecimento é relevante e que um aspecto dessa relevância está em que o sujeito possa compreender que o conhecimento é múltiplo e integrador simultaneamente, isto é, que “as partes dependem do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes.”. E pode-se fazer essa reflexão na medida em que, em percepção anterior, foi possível detectar que bibliotecas comunitárias são parte de um todo constituído como serviço público, que nem sempre será estatal. Mas que por ser de natureza estatal, no caso de comunidades com carência econômica, é um *vir a ser*, cujo alcance pode ser obtido através da ação cultural realizada pela própria biblioteca comunitária como um instrumento autoformado pelas pessoas de dada localidade como potencial instrumento de superação de sua exclusão.

Ao sugerir que se considere o conhecimento num todo e em partes, Morin alerta para a necessidade de respeitar o conjunto que compõe a realidade social. É nessa realidade que o cidadão está inserido. E ela deve ser respeitada de tal forma que, reconhecidas as diferenças, ainda assim não se compartimente o todo, mas que se possa incentivar e desafiar os cidadãos à busca de novos saberes a partir do universo social em que vivem. Daí ser importante que, haja também a participação do Estado, definindo políticas públicas de educação para que a cultura e o conhecimento sejam acessíveis aos cidadãos.

3 Fundamentação teórica, metodológica, ambiente da pesquisa e procedimentos adotados

Antes de fundamentar teoricamente o estudo, partiu-se da noção de que se estava a trabalhar com um grupo de pessoas que agem ou agenciam em torno de certos objetivos. Deu-se a elas a denominação de agentes, por ser uma estratégia metodologicamente apropriada. Os agentes, na situação desse estudo, são indivíduos que constroem como membros de uma sociedade certa realidade e vivenciam-na fenomenicamente. Nessa realidade se configura um processo de continua configuração na qual ocorrem condições básicas de representações sociais.

Como se percebe, nesse parágrafo inicial estão colocadas ideias advindas de três fontes fundamentais para o desenrolar do trabalho: a teoria da construção social da realidade, criada por Berger e Luckmann (1985); a teoria processual ou configuracional, construída por Elias (1994) e a teoria das representações sociais, construída por Moscovici (2004).

Isso demarca o estudo como de caráter qualitativo, buscando

dos participantes informações não quantificáveis e sim a manifestação de reflexão em torno das vivências realizadas, para ao final poder extrair o que produzem como que têm sobre o seu papel social, sobre o espaço da biblioteca comunitária e sobre o público que a frequenta.

A escolha por uma abordagem qualitativa sustentou-se na ideia de Minayo (1994, p. 21-22) de que com “ela trabalha[-se] com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes o que corresponde a um espaço mais profundo das relações...”. Nesse estudo, esta perspectiva foi reforçada por uma observação de Laperrière (2008, p. 410), o qual alerta para o fato de que com esta abordagem tem acento o “valor de verdade, a aplicabilidade, à coerência e à neutralidade”, e isso exige do pesquisador abstrair de posições pessoais, objetivando uma pesquisa reflexiva de interação entre os participantes e ele, mantendo constantemente registros escritos e suas diversas formas de análise. (LAPERRIÈRE, 2008).

Sobre as teorias escolhidas, a primeira, construção social da realidade é uma expressão da Sociologia do Conhecimento que se estabelece como uma disciplina dos fundamentos do conhecimento da vida diária, que se ocupa das relações entre pensamento e o contexto social na construção social da realidade. Para seus autores, a realidade é construída socialmente – de forma objetiva e subjetiva – a partir de questões práticas do dia-a-dia, repletas de significações. Isso quer dizer que o conhecimento pode ser definido como a interpretação que o indivíduo faz da sua realidade, ou seja, dos aspectos que ele pensa que compõem a realidade. Esta interpretação é também produzida socialmente. Para isso, a realidade envolve três níveis: o do indivíduo, o do grupo e o da sociedade. O indivíduo percebe os fatos, aplica nesses fatos os seus valores e obtém seu conhecimento, formando assim a sua ideologia individual e refunda seus valores. Como esse indivíduo não existe sozinho, mas pertence a vários grupos, ou a uma classe, as suas ideias também ajudarão a formar a ideologia desses grupos juntamente com o contexto social no qual eles estão inseridos. Os vários valores, as várias ideias e concepções de mundo de todos os agentes vão coexistir interagindo umas com as outras, formando e conformando a “ideologia”, ou seja, o conjunto de ideias da sociedade.

A teoria processual ou configuracional parte da noção de que sociedade e o indivíduo são partes indissociáveis da realidade. A sociedade é uma estrutura configurada como que planejada e constituída por formações institucionais e o indivíduo é uma entidade orgânica supraindividual que avança irreversivelmente para a morte, atravessando etapas de juventude, maturidade e velhice. Nessa situação, indivíduos e sociedade fazem parte de

uma mesma trama, tecida pelas relações sociais.

A terceira teoria, das representações sociais, traz a noção de que as práticas cotidianas de uma coletividade torna-se fundamental para a compreensão do processo de construção de significados, os quais uma vez formulados dará sentido à realidade por eles constituída. Isso quer dizer que o indivíduo pode ser visto como uma subjetividade, por seus pensamentos, e como uma objetividade, por suas ações. Assim, ele pode ser tomado, para estudo, tanto como um ser social quanto como um ser psicológico. Para Moscovici (2004), numa abordagem da psicologia social, as representações sociais se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana. Trata-se de uma forma de atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação às situações nas quais estão envolvidos. Segundo o autor, não existe nada na representação que não esteja na realidade, pois as atitudes são definidas em estruturas cognitivas voltadas para valores e estados de disponibilidade organizados através da experiência.

Como se percebe, a escolha dessa base teórica remete para uma compreensão de que no estudo proposto buscou-se entender os fenômenos de uma realidade que se constitui num espaço de interação social, envolvendo a prática de papéis sociais não formais de bibliotecários e usuários de informação. Nesse espaço de interação tem relevância a noção de intercomunicação. E a intercomunicação está inserida na prática cotidiana dos agentes e dos usuários da biblioteca comunitária; desses agentes com as fontes de onde obtém recursos; desses agentes enquanto refletem coletivamente sobre suas práticas e nas avaliações que vêm a fazer a partir dessas práticas para expressar suas ideias, por exemplo, quando contribuem com suas respostas num estudo como este.

Assim, considerando este um estudo analítico das representações sobre as bibliotecas comunitárias, tem-se que percebê-lo também com uma análise de sua construção social. Igualmente também tem relevância o fato de que essa construção se manifesta ao longo de um tempo histórico, exibindo um processo complexo de avanços e recuos, ou uma configuração mutável, que se constitui do mesmo modo com que se dá o processo da civilização humana. Na apreciação de Elias, as pessoas são constituídas pelas suas características individuais, assim como pelos padrões sociais. A sociedade formula uma estrutura de conjunto em rede das relações, isto é, uma dinâmica social. Na situação estudada, a comunidade onde se situa a biblioteca formula sua rede de relações, a qual em sua dinâmica confere aos indivíduos a capacidade de desenvolvimento de suas características pessoais.

Em decorrência disso, os indivíduos expressam ideias e ao fazê-lo produzem e reproduzem as representações da realidade.

É isso que a Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici (2004), tenta identificar, compreender e explicar. Duveen (2004, p. 8) sintetiza as representações como “[...] sustentadas pelas influências sociais da comunicação [que] constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros.” Desse ponto de vista, as representações sociais “[...] circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião em nosso mundo cotidiano.” (DUVEEN, 2004, p. 10). Elas são fenômenos sociais que se manifestam à pesquisa científica embasada para a compreensão e desenvolvimento do indivíduo na sociedade.

Em termos mais diretos, afirma-se que as representações sociais têm como uma de suas finalidades tornar familiar algo não familiar, isto é, uma alternativa de classificação, categorização e nomeação de novos acontecimentos e ideias. Abordar uma realidade construída socialmente, reconhecida como decorrente de um processo ou configuração histórica, portanto, modificável, e nela tentar encontrar as representações sociais manifestas nas falas, é um exercício de enxergar o que está “atrás” ou subliminar ao discurso expresso.

Fazer o desenvolvimento desse processo é se comprometer a promover o interesse das pessoas em participar, falar e de certo modo se expor. E isso exige instrumental apropriado para obter suas falas, o que é possível com uma metodologia consequente à teoria empregada. Sobre isso se falará no item seguinte.

Para ser metodologicamente consequente, o estudo, por envolver pessoas numa relação de produção de discursos, necessitou adotar uma estratégia que envolveu a conversação, provocando a reflexão oral de parte dos informantes mediante questões apresentadas por meio de um roteiro de entrevista.

A escolha da entrevista, como meio para a coleta de discursos neste estudo, não foi uma decisão aleatória. Dentre alguns autores que tratam da questão pode-se referir ao pensamento de Poupart (2008), para quem essa estratégia constitui “[...] uma porta de acesso às realidades sociais apostando na capacidade de entrar em relação com as outras.” As entrevistas, se sustentam por três elementos: de ordem epistemológica, pois permite uma exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais, considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais; de ordem ética e política, pois abriria a possibilidade de se compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais; e de ordem metodológica, pois impor-se-ia entre as “ferramentas de informações” capazes de elucidar as realidades sociais, sem contar que se trata de uma forma privilegiada de acesso à experiência dos

atores (POUPART, 2008, p. 215).

A seleção dos participantes foi determinada por três critérios, levando-se em conta tratar-se de trabalho voluntário, implicando menor ou maior envolvimento de cada agente com o desenrolar das ações na respectiva biblioteca:

- a) os coordenadores ou responsáveis diretos pela existência das bibliotecas comunitárias;
- b) os agentes que estivessem trabalhando na biblioteca comunitária há mais de um ano;
- c) os agentes que trabalhassem no mínimo duas vezes por semana na biblioteca.

A coleta de dados foi realizada no mês de setembro de 2009. As entrevistas foram marcadas por telefone, *e-mail* e pessoalmente, com o agendamento dos encontros nos dias e horários estabelecidos pelos participantes. Os agentes selecionados para a realização das entrevistas compõem um grupo de 12 participantes das bibliotecas selecionadas, de um total de 22. Todos foram contatados independentemente da função que ocupavam na biblioteca comunitária. Entre suas características pessoais, quanto às suas atividades externas observam-se interesses multidisciplinares, são entre outros: bibliotecários, professores, contadores de histórias, voluntários, aposentados, músicos, jornalistas, estudantes. Do total, sete participantes são do sexo masculino e 15 do sexo feminino; oito participantes estão na faixa dos 16 a 40 anos; quatro na faixa dos 41 a 61 anos; seis na faixa dos 62 a 74 anos; quatro não responderam. Quanto à escolaridade cinco têm o nível de Mestrado e dois em nível de Doutorado. É relevante considerar que 16 participantes não possuem conhecimento Técnico em Biblioteconomia e seis vêm desse campo de atuação. Também deve considerar-se que nove dos entrevistados possuem experiência anterior com trabalho social: na extensão universitária (organização de biblioteca); em projeto de intercâmbio cultural entre Alemanha e América Latina; em criação de biblioteca (acervo); em assistência a imigrantes e idosos na Alemanha; em trabalho comunitário; em trabalho no Serviço Social. Deles, em relação ao tempo trabalhado na biblioteca, oito estão envolvidos há menos de um ano, 11 trabalham de 1 a 3 anos e três trabalham há mais de 3 anos. Seis participantes trabalham uma vez por semana, quatro duas vezes por semana e 11 três vezes por semana ou mais. Dez permanecem de 20 a 40 horas, três têm carga horária entre 9 e 15 horas e nove têm carga horária entre 3 e 6 horas. Quanto às atividades que cumprem, seis realizam tarefas como: questões jurídico-administrativas, cursos para adultos e crianças, planejamento, comunicação e gestão de projeto, seleção e coordenação de estantes, organização de eventos e serviços gerais.

As bibliotecas comunitárias selecionadas situam-se na parte insular de Florianópolis. Designam-se como Biblioteca Barca dos Livros, situada na Lagoa da Conceição; Biblioteca Livre do [Bairro] Campeche (BILICA); Biblioteca Comunitária Vidal Ramos, situada no bairro central da cidade e Biblioteca Comunitária da Barra da Lagoa. A escolha dessas unidades obedeceu aos critérios de:

- a) estar sediada em Florianópolis;
- b) ser um espaço da comunidade;
- c) não ter fins lucrativos;
- d) ser de livre acesso;
- e) ter atividades de incentivo à leitura;
- f) abrir o espaço para atividades culturais e
- g) ter ao menos um coordenador no local.

Estão instaladas em ambientes agradáveis e os agentes nelas atuantes apresentam-se como leitores. Em geral, o funcionamento é flexível, com horários diferenciados e o foco principal está em disponibilizar os materiais para a população, minimizando os serviços de organização e tratamento da informação. Dentre os serviços prestados, na maioria encontram-se os serviços tradicionais, como espaço para leitura, pesquisa e empréstimo. As bibliotecas investem em atividades que podem ser realizadas nas próprias instalações, incluindo: cursos de contação de história, aulas de idiomas, artesanato, artes plásticas, saraus literários, oficinas para valorização da cultura local, palestras, lançamento de livros, conversas com autores. O público infantil tem espaço reservado em todas elas organizações, onde se faz contação de história e outras ações de incentivo à leitura.

Uma vez conhecida a base metodológica, a estratégia para a captação das entrevistas, os participantes e o ambiente de realização do estudo foi formulado o instrumento – um roteiro estruturado de seis questões – e, simultaneamente, foi definida a técnica de tratamento e análise de discursos. Essa escolha recaiu sobre a técnica denominada Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), criada por Lefèvre e Lefèvre. Essa escolha foi importante nesse estágio do trabalho, pois sua própria descrição também orienta com relação à construção do instrumento de coleta. Para Lefèvre e Lefèvre (2003, p.15), é preciso: “[...] fazer perguntas abertas para um conjunto de indivíduos de alguma forma representativos dessa coletividade e deixar que esses indivíduos se expressem mais ou menos livremente, ou seja, produzam discursos.”

O material obtido em interação e comunicação direta com os informantes, através de áudio gravação, foi transcrito, tratado e analisado com o emprego dos recursos previstos pela técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Tais recursos ou “figuras metodológicas” próprias da técnica são: Expressão Chave (ECH)

e Ideia Central (IC). Existe uma terceira figura metodológica designada como Ancoragem (AC). A ECH se extrai de cada resposta dada por todos os participantes, questão por questão; representa um ou mais trechos que na resposta melhor satisfaz à pergunta apresentada. Numa segunda etapa, o analista examina as ECH obtidas e nelas identifica a IC; esta consiste em localizar um ou mais termos, como numa operação de indexação temática. O conjunto dos termos localizados permite verificar todos os aspectos tratados nas respostas, pois há assuntos passíveis de se dispersarem em mais de uma das respostas captadas. Com o mapa resultante dessa verificação é possível reconstruir a síntese dos discursos feitos pelos participantes no diálogo com o pesquisador. Essa síntese se faz a partir do reagrupamento das ECH, evitando-se redundâncias e replicação, pois são reiterações da mesma ideia e permite perfazer a soma lógica de todos os trechos significativos obtidos. A essa etapa dá-se o nome de Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), nome similar ao da técnica que leva à sua construção: “Esse discurso coletivo expressa um sujeito coletivo, que viabiliza um pensamento social.” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003, p. 16). Por isso, o discurso sintetizado deve aparecer como um discurso na primeira pessoa do singular, pois será a representação de um indivíduo coletivo. Logicamente, é a fala de um grupo, uma única fala.

O DSC obtido representa os resultados do estudo realizado e a partir dele deverá ser feita a interpretação pelo pesquisador. Resulta da interpretação a localização das âncoras que fazem o pano de fundo do discurso proferido, as quais serão consideradas representações sociais que os proferentes expuseram de forma subliminar para aquele tema nas circunstâncias em que se deu sua coleta. Para a apresentação deste artigo, está sendo apresentada uma etapa de construção do DSC, ou seja, a que localiza o pensamento coletivo para cada uma das questões que foram submetidas aos participantes. Desse modo, o olhar apresentado não exhibe integralmente as representações sociais que o discurso em composição final poderá fornecer.

4 O Olhar dos agentes

A explicação metodológica fornecida na parte anterior auxilia no esclarecimento do alcance que tem o conteúdo deste tópico. Nele estão expostas as intervenções que os autores deste artigo fazem num esforço de interpretação dos discursos coletivos construídos a partir das respostas fornecidas pelos informantes a cada uma das questões. É, por assim dizer, o que os autores extraem do discurso do sujeito coletivo de cada etapa da conversação.

Os próximos parágrafos mostram o olhar que eles têm. Por isso, estarão grafados com destaque.

Para o coletivo estudado, os públicos alvos a serem atingidos pelo trabalho da biblioteca comunitária devem ser constituídos por seus próprios filhos e vizinhos. Começaria basicamente com a ênfase nas crianças; depois isso se amplia e o atendimento deve alcançar adolescentes, jovens, adultos, ou seja, moradores da região, com foco nas pessoas que residem mais próximo. Fica evidente que deve ser dada atenção ao público que vive em torno da biblioteca, um público bem diversificado, que varia bastante de idade, de nível social entre os moradores do bairro. Também deveriam ser atendidos os jovens das escolas públicas da região e os adultos que cursam o supletivo.

O coletivo enxerga que atualmente o público frequentador da biblioteca é composto de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas de todas as idades. Entre esses grupos está o público escolar da região, pais e mães que trazem seus filhos, avós e netos. Estão inclusos ainda adultos de outros municípios, professores universitários, pessoas com menos instrução, de todas as camadas sociais, ou seja, o público é heterogêneo, tem interesses diversos, que se diferenciam pelas atividades desenvolvidas pela biblioteca; sua origem são famílias moradoras do bairro, ou dos arredores próximos à biblioteca.

Acerca da contribuição da biblioteca comunitária, para o desenvolvimento das habilidades de leitura de seu público, o coletivo afirma que ela possibilita o acesso ao livro, à revista, ao material escrito, e principalmente à leitura literária. Permite que as pessoas tenham acesso aos livros, o que elas não teriam sem a biblioteca; possibilita que elas possam ler, fazer uso desse bem cultural (livro) tão caro. Oferece atividades de incentivo à leitura como a contação de história, provocando a curiosidade, a inquietação. Tem a possibilidade de oferecer oficinas de leitura com estímulo ao ato de ler e o cuidado com o livro, pois acredita que a leitura se faz pela prática da leitura, alguém só se torna leitor praticando a leitura. Realiza demais atividades (filmes, palestras, conversas) para seduzir o leitor ou para despertá-lo para a leitura, com oferecimento de serviços, eventos que tentam envolver ou sensibilizar os leitores. Envolve-se na formação de um público leitor, na busca ao leitor no sentido em que oferece oportunidade para esse leitor e ao ainda não leitor. O balcão de empréstimo faz indicação de obras para leitura. A biblioteca proporciona conhecimento, habilidades de aprimoramento de compreensão do texto, o acesso ficou mais prático e mais perto de casa. Foi ao encontro do que as pessoas queriam e precisavam. As pessoas vêm à biblioteca porque ler é prazeroso, gostoso, bom. A biblioteca também funciona como um centro cultural com oficinas diversificadas. Os frequentadores vêm à biblioteca por prazer, eles melhoram a leitura, tornam-se independentes.

Para o coletivo é necessário que *para que uma biblioteca comunitária tenha relevância na sociedade exista, em primeiro lugar. É prioritária a sua existência, ela deve existir, estar disponível dentro daquilo que a sociedade quer para ser reconhecida. A biblioteca precisa ir ao encontro do leitor, fazer com que ele se sinta acolhido, fazendo outras atividades, além das tradicionais de uma biblioteca, oferecer não só livros, aulas também. Fazer outras atividades na biblioteca, para que as pessoas vejam que a biblioteca não é estática, é manter esse envolvimento com a comunidade; estar articulada com as coisas que estão acontecendo no entorno e não só com as coisas ligadas à leitura especificamente; assegurar acesso livre, gratuito, acervo de qualidade, atividade de formação com o leitor. Desenvolver ações amplas voltadas ao acesso à leitura, à cultura, ao lazer com livros atualizados. Servir como meio de comunicação através dos livros e ter a participação de um profissional da área de Biblioteconomia, levar cultura e lazer. Ter um espaço para que as pessoas venham cantar, falar sua história, espaço aberto e público para atividades que congreguem a comunidade.*

Acerca do espaço social da biblioteca comunitária em Florianópolis, o coletivo pensa *que a biblioteca comunitária tem pouco espaço em Florianópolis, que faltam políticas públicas por parte do Estado que a incentivem, embora a biblioteca faça parte da construção da cidadania. A existência de bibliotecas comunitárias, apoiadas, reconhecidas, torna-se um espaço social para toda a comunidade, essa é a possibilidade das pessoas terem acesso ao livro, mesmo com as muitas dificuldades para mantê-la. É um espaço muito conhecido para doações de livros, mas pouco frequentado poderia ser mais utilizado. A biblioteca comunitária é um espaço de convívio social que tem normas, regras, respeito; estas coisas se aprendem e se ensinam. É um processo em construção que está crescendo, se expandindo, formando uma rede de bibliotecas comunitárias, pois existe um público real. Ela fica mais próxima do público, os leitores se sentem confortáveis; atendem as necessidades dos mesmos, os horários de funcionamento facilitam. A biblioteca tem que existir para ser valorizada, para realmente ser um espaço de cultura e de formação.*

O coletivo enxerga que *o seu papel como agente social na biblioteca comunitária é ser o idealizador, o inventor, o profissional, o voluntário, que contribui como cidadão na inclusão cultural e social, gestor de processos, orientador, mediador, atendente do público, contador de histórias, ou seja, de ser o intermediador entre o livro e o leitor. Há também os papéis de organizar, de liderar, pensar como melhorar a relação com o público, facilitar o uso para as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos na biblioteca. Perceber as necessidades do leitor, na busca da melhor forma de atender; estabelecer o desenvolvimento de articulação entre as bibliotecas no papel de agente cultural, possibilitando um espaço de encontro, de troca, de*

socialização das pessoas, caracterizando a representação da biblioteca junto à sociedade na função de coordenação.

Após expostos esses olhares, cabe perguntas: o que querem, por que querem e a quem estariam dizendo? O que está dito nesse DSC que poderia ser tomado como representação social? Essa tentativa de interpretação vem como a contribuição deste artigo nas considerações finais.

5 Considerações finais

Nesta reflexão, partiu-se de uma posição teórica cuja percepção é de que as pessoas agem ou agenciam em torno de objetivos. Têm metas a alcançar social e individualmente. Pensam em si e nos outros, mesmo que de distintas maneiras. Essa posição teórica aqui seguida advém de certa tradição da pesquisa social ou psicossocial europeia ou estadunidense e, por isso, talvez devesse ser empregada com reservas no ambiente brasileiro. Entretanto, quando se olha o ambiente em volta e se pergunta a certos grupos dedicados a construção de suas realidades sobre tal processo de construção, que envolve uma fenomenologia específica inserida em seu cotidiano, vê-se tal posição teórica poderá assegurar um nível maior de qualidade ou confiança na investigação. Tal circunstância se deu quando se tomou aquelas referências já apresentadas para a execução do trabalho de pesquisa mais amplo, na condição de orientador e orientando de uma pesquisa que conduzia à elaboração de uma dissertação de mestrado em Ciência da Informação.

Os fenômenos que se pode pensar, ou as circunstâncias que se pode examinar no uso da informação por comunidades não suficientemente atendidas pelos serviços produzidos por sistemas de bibliotecas públicas, são passíveis de levar à pesquisa no campo, indagar leitores, gestores, comunicadores e o grande público. Neste estudo deu-se preferência em perguntar àqueles que tentam criar alternativas às políticas públicas que não lhes tem beneficiado, o porquê tomaram a iniciativa de construir soluções? O que está por trás de sua mobilização? O que os fez agir e, assim, tornarem-se agentes de um processo que em tudo é precário?

Á medida em que o material obtido na coleta de dados foi sendo tratado, e em que foram analisadas as falas, localizados seus recortes mais significativos, identificadas as ideias mais expressivas “escondidas” nos discursos individuais, para se reconstruir o Discurso do Sujeito Coletivo, pode-se não com surpresa compreender a que ele responde. E isso não foi difícil de obter, na medida em que a estrutura da entrevista, que respondia ao objetivo da investigação, se pautava em dois aspectos: o que é o ideal ou idealizável no pensamento dos respondentes e o que é o vivenciado em sua experiência do dia a dia. Dizendo de outro

modo, o que na construção social produz uma pura leitura do que é realizado e o que a existência humana e social aponta como desejável.

As questões 1, 4 e 6 do instrumento da pesquisa, que podem ser vistas em detalhe no relatório da pesquisa, isto é na dissertação fonte deste artigo, constante nas referências e disponível na internet, são as questões sobre o ideal possível e as questões 2, 3 e 5 são aquelas do real vivido.

No real vivido, há uma cidade pobre em serviços bibliotecários custeados pela municipalidade. Sua população mais ampla, em torno de 90%, habita a parte insular e nessa não há instalações de bibliotecas públicas ao alcance da maioria das pessoas. Nesse real vivido, constitui-se, portanto, a representação real da escassez de bibliotecas públicas, essa é a grande representação. Há a afirmação do sujeito coletivo de que o que faz uma biblioteca comunitária relevante na sociedade: é existir. Nem se cogita em demandar a biblioteca pública. Nem se reconhece a biblioteca pública nas falas. Ela está ausente. E aí está outra representação possível que é da ineficácia da administração municipal de Florianópolis. A busca que o sujeito coletivo acha adequada leva a soluções mais próximas ao dia a dia da comunidade. Tanto isso é potencialmente indiscutível que a resposta constituída pelo discurso coletivo da questão 1 aponta para quais públicos uma biblioteca comunitária deve atingir: filhos e vizinhos, especialmente crianças, moradores do bairro em sua diversidade etária e social, escolares e estudantes de EJA. Ninguém está excluído nesse olhar. E aí vem outra representação, que é a aposta na biblioteca como meio para a inclusão social e cultural. Isso está no discurso produzido pelas questões sobre o ideal e também pelas questões em torno do real vivenciado.

Contudo, a maior representação social, presente nas respostas aos dois grupos de questões gira em torno do valor da habilidade em leitura. Talvez o perfil escolar dos entrevistados e dos que compõem o universo dos agentes atuantes nessas bibliotecas pesquisadas reforcem essa visão. A grande maioria desses agentes é de profissionais egressos da escola, em que o valor da leitura é sempre afirmado e seis dentre eles têm vínculo com a Biblioteconomia.

Além disso, o discurso aponta para a biblioteca comunitária como espaço de socialização, de acesso gratuito a cultura e ao conhecimento, de espaço com lugar para cantar, trocar informações pessoais, congregar a comunidade. Esse olhar pode estar associado com a recusa a um princípio trazido pela globalização econômica de se cobrar e pagar não mais pela posse, mas pelo uso dos bens, o efeito pedágio. Ainda que o bem pertença ao coletivo, por ter sido construído e pago com tributos e que para sua manutenção incidam impostos e taxas sobre os combustíveis e licenciamento

anual do veículo, no caso das autoestradas, para o seu uso há a imposição do pagamento de tarifa. Esse efeito pedágio se aplica também ao uso de aeroportos, audição musical coletiva, certos softwares e jogos, etc. Mas não é aceita insensivelmente por todas as pessoas, especialmente nas circunstâncias em que serviços coletivos obrigatórios como de acesso à informação, que pressuporia a oferta de espaços públicos para usufruto, não se dão.

Assim, essa realidade construída, aponta para certa reconfiguração social onde se revela alguma descrença em relação às iniciativas do poder público em prover esses serviços. Há alguma aposta na capacidade de ação da base social; ela é que deve produzir as respostas para si mesma, ainda que para isso a fonte dos recursos seja pública, com os meios conquistados via projetos de captação. Na questão 5, uma daquelas que trata do real vivenciado, fica evidente que a biblioteca comunitária em Florianópolis tem pouco espaço, é reconhecida para a doação de livros, precisa existir para ser valorizada. Então o corolário é que é necessária a criação sucessiva de outras bibliotecas comunitárias. E aí o sujeito coletivo aponta o algoz: a falta de políticas públicas para essas bibliotecas. Não dá para situar essa ideia como uma representação social, pelo seu evidente deslocamento contextual de recusa às coisas públicas feitas pelo setor público, com a consequente denúncia de um princípio de cidadania. O que há de perturbador nisso, e que deveria preocupar os bibliotecários, os cursos de Biblioteconomia com seus egressos, é a não evidenciação do serviço de biblioteca pública estatal como o padrão.

Em síntese, novas questões estão apontadas para futuras pesquisas. Uma delas é: de fato, as comunidades de Florianópolis onde estão instituídas bibliotecas comunitárias concordam com os agentes dessas bibliotecas de que são dispensáveis as bibliotecas públicas?

Community libraries in Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: a social representation of its agents

ABSTRACT

In this paper, is exposed to some of the results of a study conducted in four community libraries based in Florianópolis, Santa Catarina. Your goal is to communicate the interpretation of collective speech delivered on all the questions thrown to the informants during the complete study. The complete study was designed as a master dissertation, it is sought to assess the relevance of this type of library participation in the functioning of society. The objective of this research was to analyze the social representations present in the collective discourse obtained the statements made by various people involved in organizing and managing these libraries. The informants who helped in collecting field data, defined as agents, who were working in various roles, from fundraising to the provision of services. From the thoughts expressed by them, have been identified representations related to the notions of scarcity of public investment, inefficiency of

public management, social and cultural exclusion, assessment of reading ability.

KEYWORDS: Community library. Reading. Social representations.

Bibliotecas de la comunidad en Florianópolis, SC, Brasil: una representación social de sus agentes

RESUMEN

En este trabajo, están expuestos algunos de los resultados de un estudio realizado en cuatro bibliotecas comunitarias con sede en Florianópolis, Santa Catarina. Su objetivo es comunicar a la interpretación del discurso colectivo emitido a todas las preguntas lanzadas a los informantes durante el estudio completo. El estudio completo fue diseñado como una disertación de maestría para evaluar la pertinencia de participación de este tipo de biblioteca en el funcionamiento de la sociedad. El objetivo de esta investigación fue analizar las representaciones sociales presentes en el discurso colectivo obtenido de las declaraciones de diversas personas involucradas en la organización y la gestión de estas bibliotecas. Los informantes que ayudaron en la recolección de datos de campo, que se definen como agentes, estaban trabajando en varios roles, desde recaudación de fondos a la prestación de servicios. A partir de los pensamientos expresados por ellos, se han identificado las representaciones relacionadas con las nociones de la escasez de la inversión pública, la ineficiencia de la gestión pública, la exclusión social y cultural, la valuación de la capacidad de lectura.

PALABRAS CLAVE: Biblioteca de la comunidad. Lectura. Representaciones sociales.

Referências

BERGER, Peter. L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

DUVEEN, Gerard. O poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 7-28.

ELIAS, N. **O Processo civilizador**: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2v.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION AND INSTITUTIONS IFLA/UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 23 set. 2011.

JESUS, Maria. Implantação de bibliotecas comunitárias nos municípios do Estado da Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO, 7., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: CINFOM, 2007. Disponível em: <<http://www.cinform.ufba.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

LAPERRIÈRE, Anne. Os Critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In: POUPART, Jean. et al. **A Pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 410-436.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O Discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. 184f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

MADELLA, Rosângela. **Bibliotecas comunitárias: espaços de interação social e desenvolvimento pessoal**. 2010. 222 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, Edgar. **A Cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean. et al. **A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 215- 253.

PRADO, Geraldo Moreira; MACHADO, Elisa Campos. Território de memória: fundamento para a caracterização da biblioteca comunitária. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br/cd/biblioteca.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2011.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. Biblioteca e estudo de comunidade. **Ciência da Informação**, Brasília, v.18, n.2, p.151-154, jul./dez. 1989.

Notas

¹ Ver em: <http://rbbconexoes.ning.com/forum/topics/estudos-academicos-sobre?id=4489276%3aTopic%3A147&page=3#comments>

² MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. São Paulo: USP, 2008.

³ LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **A Relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão**. São Paulo: USP, 2010; LIMA, Justino Alves. **Comunidades carentes, lugares da não-informação**. São Paulo: USP, 2007.

⁴ FREITAS, Marília Augusta de. **A Biblioteca pública como agente de inclusão social**: um estudo de caso da Biblioteca Demonstrativa de Brasília. Brasília: UnB, 2010; LOPES, Leonardo Montes. **Biblioteca Pública Municipal Rosulino Campos: memória, história e leitura**. Goiânia: UFG, 2008; AMARAL, Renilda Gonçalves do. **A Função da biblioteca pública escolar no contexto da formação integral do educando: estudo de caso**. Brasília: UnB, 2008. FONSECA, Maria Clara. **Biblioteca pública: da extensão à ação cultural como prática de cidadania**. Campinas, SP: PUCCAMP, 2006.; SILVA, Vera Lúcia Mangas da. **Cultura e informação: um estudo da rede de**

bibliotecas populares da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.; BRETTAS, Aline Pinheiro. **A Sociedade literária de Belo Horizonte**: um legado cultural da Biblioteca Municipal para a cidade. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

⁵ EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. **Sede de leitura**: memórias da biblioteca popular do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no cotidiano de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

⁶ BASTOS, Geraldino Gonçalves; ALMEIDA, Marco Antônio de; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Bibliotecas comunitárias: mapeando conceitos e analisando discursos. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 21, n. 1, 2011.; BASTOS, Gustavo Grandini; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. A construção de bibliotecas comunitárias e o desejo de acessar: sentidos em movimento. **DataGramZero**, v. 12, n. 4, ago./2011.; SANTOS, Maria José Veloso da Costa; SENNA, Ana Maria; MIRANDA, Maria de Fátima. Biblioteca comunitária escritor Lima Barreto: espaço para práticas de mudanças sociais. **Ponto de Acesso**, v. 4, n. 3, jul./dez. 2010.; MACHADO, Elisa Campos; PRADO, Geraldo Moreira. O rap como elemento desencadeador de informação e conhecimento **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 20, n. 1, jan./abr. 2010.; MACHADO, Elisa Campos. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, jul./dec. 2009.; CRUZ DOMINGUES, Idalmys Gisela. Gestión de Información para el desarrollo sostenible. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 18, n. 2, maio/ago. 2008.; BARBER, Elsa. Bibliotecas públicas, sociedad de la información y tecnología: Una comunicación sobre los aspectos teórico-metodológicos de una investigación en curso. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 6, n. 12, dez. 2001.

⁷ AGUIAR, Andréa Vasconcelos Carvalho de; DINIZ, Isabel Cristina dos Santos; MEDEIROS, João Bôsko. Estudo de usuários em bibliotecas públicas e universitárias: em foco as dissertações defendidas no CMCi/UFPB. **Informação & Sociedade**: estudos v. 12, n. 2, 2002; ASSIS, Sônia; BARRETO, Angela Maria; PARADELLA, Maria Dulce. Bibliotecas públicas e telecentros: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social. **Ciência da Informação**, v. 37, n. 1, jan./abr. 2008; BARBER, Elsa; TRIPALDI, Nicolás; PISANO, Silvia; D'ALESSANDRO, Sofia; ROMAGNOLI, Sandra; PARSIALE, Verônica; GREGUI, Carolina; DE PEDRO, Gabriela. Los servicios de las bibliotecas públicas en la era de la información: el panorama internacional y la situación em Buenos Aires (Argentina). **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 9, n. 17, 1º sem. 2004; BARBOSA, Johnny Rodrigues; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Políticas de inclusão de bibliotecários nas bibliotecas públicas municipais dos estados de Pernambuco e da Paraíba. **Biblionline**, v. 4, n. 1/2, jan./abr. 2008; BLATTMANN, Ursula; FRAGOSO, Graça Maria; VIAPIANA, Noeli. Bibliotecas públicas estaduais brasileiras na Internet. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 11, n. 2, ago./dez. 2006; BLATTMANN, Ursula; RADOS, Gregório Jean Varvakis. Bibliotecas públicas na internet: serviços e possibilidades. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 5, n. 5, 2000; BRETTAS, Aline Pinheiro. A Biblioteca Pública de Belo Horizonte: o legado cultural de uma sociedade literária. **Informação & Informação**, v. 15, n. 2, 2010; CARIDAD, Mercedes; GARCÍA LÓPEZ, Fátima; MORALES GARCÍA, Ana María Biblioteca y sociedad multicultural: la actuación de biblioteca pública española en torno a la diversidad cultural. **Inclusão Social**, v. 3, n. 2, 2010; CASTRO, César Augusto Produção e circulação de livros no Brasil: dos jesuítas

(1550) aos militares (1970). **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 10, n. 20, 2º sem. 2005; CASTRO, César Augusto; PINHEIRO, Ana Luiza Ferreira. Trajetória da biblioteca pública no Maranhão Provincial. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, jul./dez. 2006; CUNHA JÚNIOR, Moaci Vilarino da; CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho. Abrindo e fechando portas: diagnóstico das bibliotecas públicas municipais da região metropolitana norte de Recife – PE. **Biblionline**, v. 3, n. 1, jan./jun. 2007; CUZCANO, Alonso Estrada. La biblioteca pública: institución democrática al servicio de los ciudadanos. **Informação & Sociedade**: estudos, v. 12, n. 2, 2002; ECHEGARAY, Maria Auxiliadora Andrade de. Diagnóstico da região Centro- Oeste na rede de informação em comunicação em língua portuguesa - Portcom/Intercom. **Comunicação & Informação**, v. 3, n. 1, jan./jun. 2000; EGGERT-STEINDEL, Gisela; OLIVEIRA, Sueli Ferreira Júlio de; SHIMIGELOW, Karla. Bibliotecas públicas municipais catarinenses. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 7, n. 1, 2002; FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? **Transinformação**, v. 18, n. 2, maio/ago. 2006; JAMBEIRO, Othon; BORGES, Jussara; BARROS, Susane. Políticas públicas para o livro e a leitura e sua influência na indústria editorial de Salvador. **Liinc em revista**, v. 2, n. 2, set. 2006; JANNUZZI, Paulo de Martino; LOUREIRO, Mônica de Fátima. Equipamentos culturais, bibliotecas e profissionais da informação no Brasil: indicadores estaduais por volta de 2000. **Transinformação**, v. 15, n. 3 esp., set./dez. 2003; JOB, Rejane Cristina Vendem-se bibliotecas: estratégias de marketing cultural utilizadas pelas bibliotecas públicas do RS. **Em Questão**: revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, v. 10, n. 2, jul./dez. 2004; LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de; CAREGNATO, Sônia Elisa. Inclusão digital: laços entre bibliotecas e telecentros. **Informação & Sociedade**: estudos, v. 16, n. 1, 2006; LEITE, Sérgio Antonio da Silva; SCHMIDT, Luciane Vaughn. A política de leitura em Campinas: o caso da Biblioteca Municipal Prof. Ernesto Manoel Zink. **Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins**, v. 1, n. 3, jun. 2000; LÓPEZ LÓPEZ, Pedro. Formación universitaria y compromiso social en biblioteconomía y documentación. **Ponto de Acesso**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2008; MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 1, n. 1, 2010; MACIEL FILHO, Adalberto do Rego. Capital social e bibliotecas públicas: estudos empíricos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, maio/ago. 2010; MACIEL FILHO, Adalberto do Rego; AQUINO, Miriam Cunha de; FARIAS, Egenilton Rodolfo de; CANDIDO, Priscilla Mendes; MORAES, Andréia Parente. Avaliação de bibliotecas: uma discussão de experiências empíricas recentes. **Informação & Sociedade**: estudos, v. 17, n. 1, jan./abr. 2007; MACIEL FILHO, Adalberto do Rego; AQUINO, Miriam Cunha de; SOARES, Andréa Parente; LYRA, Catarina Sellaro. As melhores práticas administrativas: uma investigação empírica do Sistema das Bibliotecas Públicas Municipais do Estado de Pernambuco. **Informação & Sociedade**: estudos, v. 14, n. 1, 2004; MIRANDA, A. L. C. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, maio/ago. 2000; MIRANDA, Antonio; LEITE, Cecília; SUAIDEN, Emir. A biblioteca híbrida na estratégia da inclusão digital na Biblioteca Nacional de Brasília. **Inclusão Social**, v. 3, n. 1, out. 2007/mar. 2008; OLINTO, Gilda. Bibliotecas públicas e uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento social. **InCID**: revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 1, n. 1, 2010; SILVA, Rovilson José da. Reading, library and formation politic

of readers in Brazil. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 3, n. 2, jul./dez. 2009; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, set./dez. 2010; SINAY, Clara Budnik; MICHELSON, María Luisa de la Maza. Política de equidade no acesso á informação: avançando rumo a um Chile digital. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, maio/ago. 2006; SOUZA, Francisco das Chagas de. Biblioteca pública: discursos de discentes de graduação em Biblioteconomia. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 15, n. 2, 2005; SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, maio/ago. 2000; TARGINO, Maria das Graças. Diagnóstico das bibliotecas do nordeste brasileiro na área de comunicação social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, jan./jun. 2001.

⁸A origem do termo Terceiro Setor, cunhado por John D. Rockefeller III, deu-se nos Estados Unidos em 1978: O terceiro setor é o setor privado sem fins lucrativos. Inclui dezenas de milhares de instituições [...] Todas elas dependem, para sua sobrevivência, de contribuições voluntárias de tempo e dinheiro por parte dos cidadãos (MONTAÑO, 2002, p.53).

Rosangela Madella

*Mestre em Ciência da Informação pela
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: ro_madella@yahoo.com.br*

Francisco das Chagas de Souza

*Doutor em Educação pela Faculdade Metodista de
Piracicaba (UNIMEP)
E-mail: chagas@cin.ufsc.br*

Recebido em: 25/10/2011

Aceito em: 29/06/2012